

NOVONOR AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.
(anteriormente denominada Odebrecht
Ambiental Participações S.A.)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021

NOVONOR AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.
(anteriormente denominada Odebrecht Ambiental Participações S.A.)

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individual e consolidado

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Administradores e Acionistas da

Novonor Ambiental Participações S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Ambiental Participações S.A.)

São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Novonor Ambiental Participações S.A. (“Companhia” ou “NA Par”) (anteriormente denominada Odebrecht Ambiental Participações S.A.), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Novonor Ambiental Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 1º de dezembro de 2016, a Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial “Novonor” (anteriormente denominada Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial), na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal (“MPF”) e com as autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do Acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da controlada indireta Braskem, que firmou acordo próprio, comprometendo-se a pagar o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos

Em 09 de julho de 2018, a Novonor celebrou o acordo de leniência com o Ministério da Transparência/Controladoria-Geral da União (“CGU”) e com a Advocacia-Geral da União (“AGU”), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro e o plenário do Tribunal de Contas da União (“TCU”) decidiu, de forma unânime, referendar o mesmo acordo de leniência.

Ainda em cumprimento aos termos do acordo de leniência, a Novonor vem negociando a adesão de entes do Ministério Público, dos municípios e dos estados ao Acordo de Leniência com o MPF e/ou acordos de leniência individuais. Do valor total global do acordo mencionado serão deduzidos os valores das indenizações aos entes lesados (estados e municípios). No entanto, é importante ressaltar que os entes possuem autonomia funcional e poderão discordar dos valores a eles atribuídos para a celebração dos acordos.

No âmbito de suas operações no exterior, determinadas controladas da Novonor seguem com o propósito de alcançar um entendimento junto às autoridades locais para o fechamento de acordos de colaboração / leniência. Além do Acordo Global, firmado com as autoridades americanas, suíças e brasileiras, até o presente momento já há acordos firmados com a República Dominicana, Equador, Panamá, Guatemala e Peru.

No entanto, em função dos desdobramentos das referidas investigações e outros procedimentos legais conduzidos por outras autoridades públicas que ainda estão em curso, não foi possível, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, obtermos evidências apropriadas sobre os impactos econômico-financeiros nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2022.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1	1	49.334	16.083
Contas a receber	7			482	93.476
Partes relacionadas	8			80	80
Tributos a recuperar	9			7.115	58.750
Despesas antecipadas					685
Outros ativos				1.633	8.611
		1	1	58.644	177.685
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	8			368	2.118
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10				10.161
Outros ativos				1.387	1.397
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10 (d)	17.552	17.552		
		17.552	17.552	1.755	13.676
Investimentos	11	49.210	22.857		29
Imobilizado	12				10.161
Intangível	13				161.066
		66.762	40.409	1.755	184.932
Total do ativo		66.763	40.410	60.399	362.617

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores				3.242	22.893
Empréstimos e financiamentos	14				1.313
Salários e encargos sociais				1.137	6.855
Tributos a pagar				316	50.135
Partes relacionadas	8			3.932	44.560
Outros passivos				3.897	5.513
				12.524	131.269
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14				4.057
Partes relacionadas	8	21.933	21.933	685	78.886
Provisão para contingências	15			2.360	3.329
Obrigações com o poder concedente	16				118.255
		21.933	21.933	3.045	204.527
Patrimônio líquido					
Capital social	17 (a)	16.127	16.127	16.127	16.127
Reserva de capital	17 (b)	368.720	368.720	368.720	368.720
Reservas de lucros	17 (c)	318.548	234.446	318.548	234.446
Ajuste de avaliação patrimonial		(658.565)	(600.816)	(658.565)	(600.816)
Participação dos não controladores					8.344
		44.830	18.477	44.830	26.821
Total do passivo e patrimônio líquido		66.763	40.410	60.399	362.617

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
					(Reapresentado)
Operações continuadas					
Receita líquida de serviços e vendas	18			604	11.348
Lucro bruto				604	11.348
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	19			(44.074)	(7.231)
Outras receitas (despesas), líquidas	19			345	209
Resultado de participação societária	11 (b)	(3.301)	23.704		
Lucro (prejuízo) operacional		(3.301)	23.704	(43.125)	4.326
Resultado financeiro, líquido	20			4.717	1.449
Lucro (prejuízo) das operações continuadas antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.301)	23.704	(38.408)	5.775
Imposto de renda e contribuição social correntes				(20)	(2.433)
Lucro (prejuízo) das operações continuadas		(3.301)	23.704	(38.428)	3.342
Operações descontinuadas					
Resultado das operações descontinuadas antes do imposto de renda				35.127	33.492
Imposto de renda das operações descontinuadas					(5.885)
Lucro das operações descontinuadas				35.127	27.607
Lucro (prejuízo) do exercício das operações continuadas e descontinuadas		(3.301)	23.704	(3.301)	30.949
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				(3.301)	23.704
Participação dos não controladores					7.245
				(3.301)	30.949
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído de operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (expresso em R\$ por ação)	17 (d)			(0,00)	0,01

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro (prejuízo) do exercício das operações continuadas e descontinuadas	(3.301)	23.704	(3.301)	30.949
Outros resultados abrangentes:				
Variação cambial de investida no exterior	27.164	2.918	27.164	2.918
Ajuste avaliação patrimonial de investida	2.544		2.544	
Outros ajustes de investidas	(54)		(54)	
Total do resultado abrangente do exercício	26.353	26.622	26.353	33.867
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			26.353	26.622
Participação dos não controladores				7.245
			26.353	33.867

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido e passivo à descoberto

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuível aos acionistas da controladora						Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	Participação dos acionistas não controladores
Em 1 de janeiro de 2020	16.127	368.720	210.742		(603.734)	(8.145)	298
Resultado abrangente do exercício:							
Lucro do exercício				23.704		23.704	7.245
Variação cambial em investidas no exterior					2.918	2.918	
Total do resultado abrangente do exercício				23.704	2.918	26.622	7.245
Transação de capital com acionistas:							
Absorção de prejuízo do exercício			23.704	(23.704)			
Efeito dos não controladores sobre entidades consolidadas							801
Em 31 de dezembro de 2020	16.127	368.720	234.446		(600.816)	18.477	8.344
Resultado abrangente do exercício:							
Prejuízo do exercício				(3.301)		(3.301)	
Realização Ajuste avaliação patrimonial de investida			87.457		(84.913)	2.544	
Variação cambial em investidas no exterior			(54)		27.164	27.110	
Total do resultado abrangente do exercício			87.403	(3.301)	(57.749)	26.353	
Transação de capital com acionistas:							
Absorção de prejuízo do exercício			(3.301)	3.301			
Efeito dos não controladores sobre entidades consolidadas							(8.344)
Em 31 de dezembro de 2021	16.127	368.720	318.548		(658.565)	44.830	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				(Reapresentado)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.301)	23.704	(38.428)	5.775
Ajustes				
Caixa gerado nas atividades descontinuadas			6.109	61.419
Equivalência patrimonial	3.301	(23.704)		
Provisão para contingências			(969)	
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos			(5.922)	(1.335)
Outros			29	(3.988)
			(39.181)	61.871
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber			49.281	(50.642)
Adiantamentos a fornecedores			(1)	2.009
Tributos a recuperar			(4.483)	(13.055)
Estoques				(1.781)
Despesas antecipadas				(1.128)
Outros ativos			721	1.232
Fornecedores			(1.198)	(1.450)
Salários e encargos sociais			14	(441)
Adiantamento de clientes				(267)
Tributos a pagar			(3.189)	7.912
Outros passivos			13	(1.512)
Caixa proveniente das operações			1.977	2.748
Juros pagos			(93)	(77)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			1.884	2.671
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento na alienação de controladas			944	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos das atividades descontinuadas			11.248	(15.959)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			12.192	(15.959)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Fluxos de caixa das atividades de financiamento das atividades descontinuadas			(11.693)	(7.573)
Amortizações de empréstimos e financiamentos			(3.751)	(1.027)
Partes relacionadas				
Recursos enviados			(91.205)	
Recursos recebidos			139.122	5.190
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos			32.473	(3.410)
Efeito de caixa e equivalentes de caixa de empresas excluídas na consolidação			(21.652)	
Efeito de variação da taxa de câmbio no caixa e equivalentes a caixa			8.354	27.720
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa			33.251	11.022
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	1	16.083	5.061
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	1	49.334	16.083

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

Em 16 de dezembro de 2021, a Odebrecht Ambiental Participações S.A. alterou sua razão social para Novonor Ambiental Participações S.A. ("Companhia" ou "NA Par").

A NA Par, com sede em São Paulo - SP, foi constituída em 2013 e tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços, através de suas controladas diretas e indiretas, coligadas diretas e indiretas e controladas em conjunto (coletivamente denominadas "Grupo").

A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor, através do controle direto da Novonor S.A. -Em Recuperação Judicial ("Novonor").

1.1. Principais movimentações societárias e eventos relevantes

Em 19 de fevereiro de 2021 e 25 de maio de 2021, a controlada indireta Foz Ambiental – México S.A de CV ("FAM") realizou remessa de US\$ 3.546 mil e US\$ 7.933 mil para a NVN International Corporation (anteriormente denominada ODB International Corporation) ("NVNIC"), realizando a quitação dos contratos de mútuo que detinha com a NVNIC.

Em 18 de março de 2021, a controlada Novonor Ambiental S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Ambiental S.A) ("NA") e a FAM assinaram contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade da participação detida na controlada Grupo Ambiental Proveracruz ("Proveracruz"), incluindo a controlada indireta Grupo Metropolitano de Água e Saneamento ("Grupo MAS"), a conclusão da transação de venda estava sujeita a satisfação de determinadas condições precedentes, que foram atendidas em maio de 2021. Em 17 de junho de 2021, a NA recebeu o montante de R\$ 944 (MEX\$ 5.000 mil) a título de quitação da transação.

Conforme termos do contrato de compra e venda de ações a Proveracruz realizou a quitação dos saldos de mútuos com a FAM no montante de US\$ 28.418 mil, utilizando recursos oriundos de aporte do comprador.

Em 27 de maio de 2021 a controlada indireta FAM remeteu à sua controladora NA o montante de R\$ 55.982 a título de adiantamento aos acionistas, para futura redução de capital. Na mesma data, a FAM deu por quitado o mútuo, que havia sido contratado em 15 de outubro de 2020, por US\$ 300 mil, pela NA.

Em 31 de maio de 2021, a FAM liquidou o saldo de contas a pagar com a Odebrecht Ingenieria y Contruccion de Mexico ("OIC México") no montante de US\$ 959 mil.

Em 1 de junho de 2021 e 2 de junho de 2021, a controlada NA remeteu, respectivamente os montantes de R\$ 10.000 e R\$ 3.479 para a controladora Novonor a título de quitação de contratos de Mútuo.

Em 22 de junho de 2021, a controlada NA realizou a liquidação antecipada do saldo que detinha de financiamentos com a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, no montante de R\$ 3.397.

Em 18 de junho de 2021 e 29 de junho de 2021, a FAM pagou os montantes de US\$ 272 mil e US\$ 93 mil, respectivamente, à CNO S.A. ("CNO") a título de serviços de apoio técnico e administrativo.

Em 28 de junho de 2021, a controlada direta FAM realizou a quitação de saldo de contas a pagar com a CNO no montante de US\$ 2.104 mil.

Em 12 de julho de 2021, a Companhia e a controlada NA, sendo acionistas detentores de 100% do capital da controlada FAM, aprovaram a redução do capital desta em \$ 290.135.569,00 (pesos mexicanos), cancelando o total de 290.135.569 ações da investida.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 29 de setembro de 2021, a controlada NA recebeu o valor de R\$ 19.077 a título de devolução residual de capital em decorrência da redução de capital da controlada indireta FAM

Em 5 de novembro de 2021, em assembleia de extinção, a controlada indireta Brasil Saneamentos S.A. ("Brasan"), juntamente com os demais acionistas, aprovou a extinção da investida Utilitas Participações S.A. ("Utilitas").

Em 11 de fevereiro de 2022, a controlada NA recebeu o montante de R\$ 807 (US\$ 160 mil), referente à créditos de IVA de Proveracruz e Grupo MAS, conforme previsto no contrato de compra e venda dos investimentos.

1.2. Acordo Global do Grupo Novonor com as autoridades

Em 1º de dezembro de 2016, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo Global com o Ministério Público Federal (MPF), autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem, que firmou acordo próprio, comprometendo-se a pagar o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos.

Ainda em cumprimento aos termos do acordo de leniência, a Novonor vem negociando a adesão de entes do Ministério Público, dos municípios e dos estados ao Acordo de Leniência com o MPF e/ou acordos de leniência individuais. Do valor total global do acordo, supramencionado, serão deduzidos os valores das indenizações aos entes lesados (estados e municípios). No entanto, é importante ressaltar que os entes possuem autonomia funcional e poderão discordar dos valores a eles atribuídos para a celebração dos acordos.

Em 9 de julho de 2018, a Novonor e suas controladas assinaram o Acordo de Leniência com a Advocacia Geral da União e o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, referendado de forma unânime pelo plenário do Tribunal de Contas da União ("TCU"), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro e pelo qual se comprometeu a pagar, em vinte e dois anos, o valor total de R\$ 2.727 milhões, valor esse que deverá ser abatido dos R\$ 3.828 milhões ajustados no Acordo de Leniência firmado com o MPF.

No âmbito de suas operações no exterior, determinadas controladas da Novonor seguem com o propósito de alcançar um entendimento junto às autoridades locais para o fechamento de acordos de colaboração / leniência. Além do Acordo Global, firmado com as autoridades americanas, suíças e brasileiras, até o presente momento já há acordos firmados com a República Dominicana, Equador, Panamá, Guatemala e Peru.

A Novonor reafirma continuamente seu compromisso de atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas do Grupo Novonor. Neste sentido, a Novonor investe continuamente em iniciativas que fortalecem a Governança e Conformidade.

1.3. Recuperação judicial

Em 17 de junho de 2019, a controladora direta Novonor, as controladoras indiretas ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial S.A. ("ODBINV") e Kieppe Participações e Administração Ltda – Em Recuperação Judicial ("Kieppe"), assim como outras empresas pertencentes ao Grupo Novonor, não incluindo a Companhia e suas controladas, ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05 ("RJ").

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 22 de abril de 2020, foi aprovado o plano de recuperação judicial da controladora direta Novonor, controladoras indiretas ODBINV S.A. e Kieppe e de algumas empresas do Grupo Novonor. A Assembleia Geral de Credores, das demais empresas, deliberou a suspensão e apreciação dos seus respectivos planos de recuperação judicial em nova data.

Em 3 de agosto de 2020, foi publicada a homologação pela justiça do plano de recuperação judicial da Novonor e de mais 11 empresas do Grupo Novonor.

1.4. Principais medidas e impactos decorrentes da COVID-19

O COVID-19 (“coronavírus”) foi primeiramente reportado em Wuhan, na China continental e, posteriormente, espalhou-se por diversos países. Desde então, têm sido informados mundialmente casos de contágio e fatalidade devido ao vírus, de forma que, em 3 de março de 2020, o surto foi caracterizado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde.

A partir de março de 2020, a Companhia e suas Controladas, de forma gradual, foram liberando as áreas administrativas para trabalho na modalidade *home office*, como forma de prevenir o avanço do contágio.

A partir do segundo semestre de 2020, a Companhia e suas controladas retornaram as atividades administrativas de forma presencial ou de forma híbrida presencial/*home office*.

Com a finalidade de manter os compromissos financeiros e a manutenção dos empregos, no decorrer de 2020, os fluxos de caixa foram reprogramados, através de: (i) postergação do recolhimento de tributos, através da adesão à Medida Provisória 927/2020 e às Portarias 139/2020 e 245/2020, que permitiram a prorrogação do recolhimento do FGTS e INSS, respectivamente, das competências de março, abril e maio de 2020, para o período de julho a dezembro de 2020; (ii) negociação com fornecedores para postergação de pagamentos; (iii) dentre outras ações.

Até o momento, a Companhia não sofreu grande impacto com relação à pandemia em suas operações ou situação financeira. Dada a dinâmica incerta da evolução do contágio, não é possível prever o impacto final que este surto poderá ter sobre o mercado financeiro e a economia global e, conseqüentemente, sobre os negócios da Companhia.

As empresas Proveracruz e Grupo MAS, outrora controladas indiretas da Companhia, por prestarem serviço essencial, não tiveram interrupção de suas atividades, porém, nos primeiros quatro meses do ano houve atraso significativo na recuperação da carteira de recebíveis e devido às contingências, as autoridades do estado de Veracruz não permitiram o corte de fornecimento até maio de 2020. A partir de maio de 2020 verificou-se melhora significativa na recuperação dos recebíveis, sobretudo pela autorização, por parte das autoridades do Estado de Veracruz, do corte de fornecimento em decorrência do atraso do pagamento, além de campanhas de conscientização de pagamento antecipado do serviço.

A Companhia e suas controladas seguem monitorando ativamente a situação global e permanecem adotando medidas para garantir a segurança dos seus integrantes, tais como: (i) trabalho em forma híbrida presencial/*home office*; (ii) realização de reuniões virtuais; (iii) distanciamento físico no espaço de trabalho; (iv) reforço da limpeza e desinfecção; (v) utilização de equipamentos de proteção individual, sempre respeitando todas as recomendações das autoridades de saúde nacionais e internacionais.

1.5. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 15 de abril de 2022.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelos saldos de propriedades para investimento e ativos disponíveis para venda que estão mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Mudanças em políticas contábeis significativas

As seguintes normas passaram a ser efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021:

- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)
- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos à arrendatários em contratos de arrendamentos (alteração ao CPC 06 (R2)/IFRS 16);

A Companhia e suas controladas não tiveram impactos relevantes em relação a essas novas normas contábeis.

2.3. Novas normas que ainda não estão em vigor.

Alterações no CPC 26 (IAS 1) – Classificação de passivos circulantes e não circulantes

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Alterações no CPC 23 (IAS 8) – Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicação para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Alterações no CPC 26 (IAS 1) e *IFRS Practice Statement 2* – Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas normas para as demonstrações contábeis da companhia e suas controladas estão sendo avaliados.

2.4. Consolidação

(a) Controladas e consolidadas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias, diretas e indiretas, em 31 de dezembro:

	Local de constituição e operação	Participação no capital social (%)	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
<u>Direta:</u>			
NA	Brasil (SP)	100,00	100,00
Odebrecht Ambiental Peru S.A. ("OA Peru")	Peru	100,00	100,00
<u>Indiretas:</u>			
Growth Capital Invest S.A. ("Growth")	Luxemburgo	100,00	100,00
Proveracruz	México		100,00
FAM	México	100,00	100,00
Brasan	Brasil (RJ)	100,00	100,00
Grupo MAS	México		80,00
<u>Empresas Controladas em Conjunto:</u>			
Utilitas	Brasil (RJ)		50,00

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação detida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(d) Controladas em conjunto (*joint ventures*) e coligadas

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial na controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto.

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.5. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico que atuam ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Moeda funcional diferente do real

Algumas controladas possuem moeda funcional diferente da moeda da Controladora, conforme demonstrado abaixo:

Investimento	Moeda funcional
Proveracruz	Pesos Mexicanos
Grupo MAS	Pesos Mexicanos
FAM	Pesos Mexicanos
Growth	Euro
OA Peru	Novo Sol

As demais controladas adotam a moeda funcional real.

(c) Transação e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e perdas cambiais relacionados a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

2.6. Instrumentos financeiros e não financeiros

2.6.1. Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, representados por "Caixa e equivalentes de caixa", "Fundos restritos", "Contas a receber", "Partes relacionadas", "Fornecedores", "Empréstimos e financiamentos" e "Obrigações com o poder concedente" como mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação (data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo).

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.6.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.6.3. *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs")). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais inferiores a três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.8. Fundos restritos

O fundo restrito é registrado, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Inclui contas garantidas para cobertura dos financiamentos contratados. Esta conta não possui liquidez imediata e pode ser movimentada apenas mediante autorização do banco financiador.

2.9. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e pela prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos a Perda Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa ("PECLD") e, calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

Os direitos a faturar de clientes são assim classificados:

(a) Concessões públicas

São representados pelos direitos a faturar decorrentes das receitas de construção dos contratos de concessão pública com ativo financeiro, reconhecidos na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

(b) Clientes privados e públicos

São representados pelos direitos a faturar decorrentes dos contratos de longo prazo de construção, locação e operacionalização de ativos, qualificados como contratos de arrendamentos financeiros, com base na Interpretação Técnica ICPC 03 e no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil.

2.10. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: (i) o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis, etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso; e (ii) o valor justo, para os ativos adquiridos através de combinações de negócios.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “Outras receitas, líquidas”, na demonstração do resultado.

2.11. Intangíveis

(a) Sistema de água e esgoto

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados em atendimento às Interpretações e à Orientação emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 01 e OCPC 05).

O ativo intangível é mensurado pelo custo de aquisição ou formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita, contrapartida do ativo intangível, é estimada considerando os investimentos efetuados pelo Grupo na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, quando aplicável, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelas controladas, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Direito de concessão

O direito de concessão refere-se à outorga registrada nas concessões no ativo intangível (Nota 13) e as respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante e não circulante.

A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelo Grupo, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(c) *Software* e direitos de uso

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

O direito de uso refere-se à exploração do contrato privado ou público firmado entre as controladas e o poder concedente ou cliente.

(d) Capitalização de juros

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

2.12. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

2.13. Empréstimos, financiamentos (incluindo arrendamentos mercantis)

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidas, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos.

2.14. Obrigações com o poder concedente

O Grupo reconhece a obrigação com o Poder Concedente, pelo direito de explorar o objeto da concessão, quando seu valor é conhecido ou calculável e previsto em contrato. Se o prazo de pagamento for equivalente a um ano ou menos, é classificada no passivo circulante. Caso contrário, é apresentada no passivo não circulante. Tais valores, quando relevantes, são registrados a valor presente e apropriados ao resultado com base no prazo do contrato.

2.15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% de imposto de renda e de 9% para a contribuição social para as empresas sediadas no Brasil.

Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras.

2.16. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos serviços prestados entre as empresas do Grupo.

O Grupo reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

Em decorrência do processo de venda da Proveracruz e Grupo MAS (Nota 1.1), e em atendimento ao CPC 31 (IFRS 5) - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada as receitas operacionais estão sendo demonstradas, juntamente com as demais rubricas de resultado destas empresas, na linha de "Resultado de operações descontinuadas" na demonstração do resultado do exercício consolidado.

(a) Receita de ativo financeiro

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondentes aos contratos de concessão pública e contratos com arrendamentos financeiros e, dada a sua natureza, está sendo apresentada como receitas das operações do Grupo. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica de cada contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.18. Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

O Grupo disponibiliza um plano de Previdência Complementar através da, entidade fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994). Foi constituída em 1995 para atender a Política de Previdência do Grupo Novonor. O plano é disponibilizado para todos os seus Integrantes e Diretoria Estatutária.

O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos integrantes, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos.

(b) Outros benefícios pós emprego

Algumas empresas do grupo oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus integrantes e o custo arcado por ele através de emissão de apólice individual sem custo para o Grupo. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do integrante no emprego até a idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado, ser contribuinte na manutenção do plano e ter tempo mínimo de vínculo.

(c) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pelo Grupo e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As controladas da Companhia têm por prática a estimativa de deterioração das contas a receber com base nas perdas esperadas de crédito durante a vida dos instrumentos financeiros. No processo de estimativa se avalia a probabilidade de *default* das contas a receber no momento de seu reconhecimento com base na experiência histórica dos últimos anos e posteriormente ajustadas pelas condições de crédito atuais e fatores macroeconômicos futuros, tais como crescimento do Produto Interno Bruto (“PIB”), taxas de desemprego e inflação, os quais poderiam afetar a probabilidade de *default* dos saldos a receber.

As perdas esperadas de crédito se determinam em uma base coletiva em função do risco de crédito ou tipo de clientes.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(c) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores; e (iv) valores de ativos e dos passivos decorrentes de combinações de negócios que serão tratados como despesa ou receita no futuro e que não impactarão o cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro das empresas do Grupo. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração do Grupo.

Anualmente, a Companhia e suas controladas revisam a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

Os valores recuperáveis das UGCs são determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

(d) Provisão e passivos contingentes

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

(e) Vida útil dos ativos intangíveis

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelo Grupo, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pelo Grupo.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

O Grupo participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e obrigações com o poder concedente.

Os instrumentos financeiros operados pelo Grupo têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio do Grupo.

O Grupo não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está sujeito ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, especialmente com relação ao peso mexicano.

O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos reconhecidos denominados em moedas estrangeiras, principalmente em função da controlada FAM, com exposição à moeda local.

Estes investimentos possuem dívidas com fornecedores e outros saldos com partes relacionadas também denominados em moeda estrangeira.

As demais controladas da Companhia localizadas no exterior estão expostas a um risco cambial não significativo.

(ii) Risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros

O risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros do Grupo decorre dos seguintes instrumentos financeiros: (i) aplicações financeiras e fundos restritos cujos rendimentos estão atrelados principalmente a taxa de Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"); e (ii) empréstimos e financiamentos que estão atrelados a indexadores diversos.

(b) Risco de crédito

A política do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis é inerente ao modelo de negócio do Grupo, o que mitiga eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Os critérios para constituição da Perda Esperada de Crédito de Liquidez Duvidosa ("PECLD") são: (i) segmento de Água e esgoto: títulos a receber de usuários particulares vencidos há mais de 180 dias e para órgãos públicos os títulos vencidos há mais de 720 dias; Resíduos: títulos a receber de usuários particulares e órgãos públicos vencidos há mais de 180 dias.

Apesar de ser somente um critério quantitativo, devido ao tipo de serviço que o Grupo presta ser um serviço essencial, na maior parte das concessões e contratos privados, o não pagamento pelo usuário final do título vencido geraria a interrupção do serviço. Dessa forma, o Grupo considera que o critério para constituição da PECLD é suficiente para cobrir eventuais perdas nesses títulos.

O risco de crédito também decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, incluindo fundos restritos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos em bancos e instituições financeiras, obrigações com o poder concedente e partes relacionadas na data do balanço.

(c) Risco de liquidez

É o risco do Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas controladas possuem e seguem políticas financeiras que definem as diretrizes para o gerenciamento de riscos. Nos termos dessas políticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa e na liquidez de suas operações.

4.2. Gestão de capital

O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno às acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira para 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 14)		5.370
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(49.334)	(16.083)
Dívida líquida	(49.334)	(10.713)
Total do patrimônio líquido	44.830	26.821
Total do capital	(4.504)	16.108
Índice de alavancagem financeira - %	N/A	N/A

N/A – Não aplicável - Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, como demonstrado no quadro acima, a Companhia possuía dívida líquida negativa (excedente de caixa sobre as obrigações por financiamento).

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Instrumentos financeiros por categoria - consolidado

	Ativos mensurados ao custo amortizado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	49.334	16.083
Contas a receber de clientes	482	93.476
Partes relacionadas	448	2.198
	<u>50.264</u>	<u>111.757</u>
Passivos mensurados ao custo amortizado		
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Financiamentos e debêntures		5.370
Fornecedores e obrigações com o poder concedente	3.243	141.148
Partes relacionadas	4.617	123.446
	<u>7.860</u>	<u>269.964</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Fundo fixo	1	1	1	156
Bancos conta movimento			1.281	2.502
Aplicações financeiras			48.052	13.425
	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>49.334</u>	<u>16.083</u>

7. Contas a receber - Consolidado

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Contas a receber de clientes		
Concessões públicas		221.739
Clientes privados e públicos	930	3.748
Partes relacionadas	10	10
PECLD	(458)	(132.021)
	<u>482</u>	<u>93.476</u>

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Transações com partes relacionadas

(a) Controladora

	Passivo não circulante	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
NA	21.933	21.933

(b) Consolidado

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ligadas				
Novonor				13.431
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO")	233	233	4.455	15.613
Interagbar de México S.A. de CV		1.960		25.733
NVNIC				59.799
Odebrecht Ingeniería y Construcción de México (OICM)				6.527
Outros	215	5	162	2.343
	448	2.198	4.617	123.446
Circulante	80	80	3.932	44.560
Não circulante	368	2.118	685	78.886
	448	2.198	4.617	123.446

9. Tributos a recuperar – Consolidado

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Imposto sobre serviços	1.412	1.489
Imposto de renda	762	4.220
Contribuição social	41	2.109
PIS e COFINS	3.890	4.070
Imposto sobre valor agregado		46.465
INSS a recuperar	853	378
Outros	157	19
	7.115	58.750

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos - consolidado

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

	31 de dezembro de 2020	Movimentação societária (i)	31 de dezembro de 2021
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	8.432	(8.432)	
Passivo fiscal diferido			
Demais diferenças temporárias decorrentes da lei 11.638/07 (Lei 12.973)	1.729	(1.729)	
Ativo fiscal diferido, líquido	10.161	(10.161)	

(b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	(3.301)	23.704	(38.408)	5.775
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	1.122	(8.059)	13.059	(1.964)
Efeito das exclusões (adições) permanentes	(1.122)	8.059	(13.079)	(469)
Equivalência patrimonial	(1.122)	8.059		
Prejuízo fiscal (ano corrente) não constituído IR/CS diferido			(13.079)	(469)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social			(20)	(2.433)
Composição do IR e da CS:				
Imposto de renda e contribuição social correntes de operações continuadas			(20)	(2.433)
Receita de imposto de renda e contribuição social			(20)	(2.433)

11. Investimentos e provisão para perda de investimentos

(a) Quantidade ações

	Quantidade de ações possuídas		Participação direta (%)		Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		Lucro (prejuízo) líquido do período	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
NA	547.699.682	547.699.682	100	100	50.426	22.857	(2.085)	23.704

(b) Movimentação dos investimentos - controladora

	Saldo no início período	Realização de ajuste patrimonial (i)	Equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros ajustes	Saldo no final do período
Em 31 de dezembro de 2021	22.857	87.457	(2.085)	(57.749)	(54)	50.426
Em 31 de dezembro de 2020	(3.765)		23.704	2.918		22.857

(i) Refere-se a realização de ajuste de avaliação patrimonial de investidas alienadas em exercícios anteriores.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Posição dos investimentos em controladas em conjunto – consolidado

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Utilitas (i)		29

(i) Empresa não operacional, liquidada em dezembro 2021 (Nota 1.1).

(d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o montante de R\$ 17.552 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 17.552) referente a dividendos a receber da investida NA.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Imobilizado – consolidado

	Direito de de Uso	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Edificações	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Total
Valor contábil líquido	1.498	3.513	2.057	472	257	(268)	523	8.052
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	1.588	3.436	4.197	677	367	4.269	977	15.511
Adições		1.050	1.371		25	342	2.194	4.982
Variação cambial	416	450	(234)	164	83	1.091	109	2.079
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	2.004	4.936	5.334	841	475	5.702	3.280	22.572
Depreciação acumulada								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	(90)	77	(2.140)	(205)	(110)	(4.537)	(454)	(7.459)
Depreciação	(390)		(483)	(61)	(43)	(235)	(1.927)	(3.139)
Variação cambial	(168)	(61)	(453)	(75)	(23)	(1.033)		(1.813)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(648)	16	(3.076)	(341)	(176)	(5.805)	(2.381)	(12.411)
Valor contábil líquido	1.356	4.952	2.258	500	299	(103)	899	10.161
Saldo inicial em 1º janeiro de 2021	2.004	4.936	5.334	841	475	5.702	3.280	22.572
Movimentação societária (i)	(2.004)	(4.936)	(5.334)	(841)	(475)	(5.702)	(3.280)	(22.572)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021								
Depreciação acumulada								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	1.356	4.952	2.258	500	299	(103)	899	10.161
Movimentação societária (i)	(1.356)	(4.952)	(2.258)	(500)	(299)	103	(899)	(10.161)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021								
Valor contábil líquido								
Vida útil (anos)	4	5 a 10	5 a 20	2 a 60	5 a 10	5 a 20		

(i) Refere-se a alienação da do investimento em Proveracruz e Grupo MAS (Nota 1.1).

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Intangível – Consolidado

	Direito de concessão	Softwares e direitos de uso	Intangível em formação	Outros	Total
Valor contábil líquido	108.777	60	23.826		132.663
Custo de aquisição					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	112.750	(76)	27.472	111	140.257
Adições		1.913	9.064		10.977
Variação cambial	73.056	341	2.403		75.800
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	185.806	2.178	38.939	111	227.034
Amortização acumulada					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	(3.973)	136	(3.646)	(111)	(7.594)
Amortização	(4.698)	(407)	(8.038)		(13.143)
Variação cambial	(49.236)	(366)	4.251		(45.231)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(57.907)	(637)	(7.433)	(111)	(65.968)
Valor contábil líquido	127.899	1.541	31.506		161.066
Custo de aquisição					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	185.806	2.178	38.939	111	227.034
Movimentação societária (i)	(185.806)	(2.178)	(38.939)	(111)	(227.034)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021					
Amortização acumulada					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	(57.907)	(637)	(7.433)	(111)	(66.088)
Movimentação societária (i)	57.907	637	7.433	111	66.088
Saldo final em 31 de dezembro de 2021					
Valor contábil líquido					
Vida útil (anos)	5 a 50	5 a 10			

(i) Refere-se a alienação da do investimento em Proveracruz e Grupo MAS (Nota 1.1).

14. Empréstimos e financiamentos – consolidado

(a) Composição

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
Natureza	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Financiamento (I)			1.000	2.750
Arrendamentos Mercantis (II)			313	1.307
			1.313	4.057

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(I) Financiamento

(i) Movimentação

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo no início do exercício	3.750	4.750
(+) Adição de juros	209	
(-) Amortização de principal (i)	(3.896)	(1.000)
(-) Amortização de juros (i)	(63)	
Saldo no final do exercício	<u>3.750</u>	<u>3.750</u>
Passivo circulante		<u>1.000</u>
Passivo não circulante		<u>2.750</u>

(i) Em 22 de junho de 2021, a controlada NA realizou a liquidação antecipada do saldo que detinha de financiamentos (Nota 1.1)

(ii) Prazo de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
2022		1.000
2023		1.000
2024		750
		<u>2.750</u>

(iii) Garantias

As controladas do Grupo buscam estruturar o financiamento dos seus investimentos na modalidade de financiamento a projetos, visando uma adequada mitigação e alocação de riscos destes projetos, contando com o necessário suporte dos acionistas para a sua conclusão.

As garantias de projeto compreendem, de forma geral, a cessão ou penhor dos direitos creditórios, receitas e/ou direitos emergentes das concessões, penhor das ações das controladas, hipoteca ou penhor de plantas e equipamentos.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(II) Arrendamentos

(i) Movimentação

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo no início do exercício	1.620	1.941
(-) Amortização de principal		(599)
(-) Movimentação societária (*)	(1.620)	
(+) Variação cambial		278
Saldo no final do exercício		1.620
Passivo circulante		313
Passivo não circulante		1.307

(*) Refere-se a alienação da do investimento em Proveracruz e Grupo MAS (Nota 1.1).

(ii) Prazo de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
2022		558
2023		229
2024		213
2025 em diante		307
		1.307

15. Provisões para contingências

	Reclamações cíveis	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Depósitos judiciais	Total
Em 31 de dezembro de 2020	332	2.993	4	3.329
(-) Reversão de provisão de contingência do exercício	(100)	(869)		(969)
Em 31 de dezembro de 2021	232	2.124	4	2.360

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil e trabalhista, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais as empresas do Grupo são rés e para as quais a classificação de perda é provável.

(a) Causas possíveis

O Grupo possui processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais tem expectativa de perda possível. Em 31 de dezembro de 2021, esses processos de perdas possíveis somam o montante de R\$ 29.606 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 37.813).

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Obrigações com o Poder Concedente

O montante de R\$ 118.225, em 31 de dezembro de 2020, referia-se ao valor a pagar pelo Grupo MAS, referente ao direito de exploração do contrato de concessão de água e esgotamento sanitário, que serão pagos ao Poder Concedente.

Conforme mencionado na Nota 1.1, a Companhia deixou de consolidar o investimento em Proveracruz e no Grupo MAS em decorrência da alienação destes investimentos.

17. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 16.127, composto por 1.701.838.643 ações ordinárias, representada da seguinte forma:

	% de participação		Capital social		Quantidade de ações	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Novonor	70	70	11.289	11.289	1.191.287.050	1.191.287.050
Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS ("FI-FGTS")	30	30	4.838	4.838	510.551.593	510.551.593
	100	100	16.127	16.127	1.701.838.643	1.701.838.643

(b) Reserva de capital

A Companhia mantém registrada reserva de capital oriunda do aporte em seu capital social realizados em 9 de outubro de 2009 e em 18 de dezembro de 2013, e, incorporação de ações da antiga controladora Odebrecht Engenharia Ambiental S.A., realizada em 30 de setembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o montante de R\$ 368.720 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 368.720).

(c) Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021, Companhia possui o montante de R\$ 319.764 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 234.446).

(d) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o semestre. A Companhia não mantém ações em tesouraria.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(3.301)	23.704
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	1.701.839	1.701.839
Lucro (prejuízo) básico por ação (em R\$)	(0,00)	0,01

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Receita líquida de serviços e vendas – consolidado

No período findo em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 604 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 11.348 (reapresentado)) refere-se cobrança de serviços estratégicos da controlada FAM contra a Proveracruz.

19. Gastos por natureza – consolidado

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)
Classificadas por natureza:		
Gastos com pessoal	(8.870)	(1.355)
Auditorias, consultorias e assessorias	(12.848)	(1.512)
Outros serviços de terceiros	(1.058)	(4.572)
Perda com recebíveis	(17.718)	
Contingências trabalhistas, cíveis e ambientais	(230)	3.944
Outras despesas	(1.790)	(3.527)
	<u>(42.513)</u>	<u>(7.022)</u>
Classificadas por função:		
Gerais e administrativas	(44.074)	(7.231)
Outras receitas (despesas) líquidas	345	209
	<u>(43.729)</u>	<u>(7.022)</u>

20. Resultado financeiro, líquido - Consolidado

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.664	13
Variações monetárias	409	13
Variações cambiais	6.863	18.854
Outras	163	153
(-) Tributos sobre receitas financeiras (Pis e Cofins)	(181)	(8)
	<u>8.919</u>	<u>19.025</u>
Despesas financeiras		
Comissões bancárias	(355)	(30)
Despesas com juros	(214)	(11)
Juros sobre empréstimo	(209)	(168)
Multa e juros por atraso de pagamento	(210)	(46)
Variações cambiais	(3.170)	(17.321)
Outras	(43)	
	<u>(4.202)</u>	<u>(17.576)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>4.717</u>	<u>1.449</u>

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Reapresentação de cifras comparativas

Em decorrência da assinatura do contrato de compra e venda de ações das investidas Proveracruz e Grupo MAS (Nota 1.1), a controlada NA está demonstrando o resultado destes investimentos na linha de Resultado de Operações descontinuadas na demonstração do resultado do exercício. Em atendimento ao Pronunciamento CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros e CPC 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, para fins comparativos, as Demonstrações do resultado do exercício e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão sendo reapresentadas.

(a) Demonstração do resultado - consolidado

	Apresentado	Efeitos de reapresentação	Eliminações (*)	Reapresentado
Operações continuadas				
Receita líquida de serviços e vendas	206.916	(206.916)	11.348	11.348
Custos dos serviços prestados e vendas	(97.359)	97.359		
Lucro bruto	109.557	(109.557)	11.348	11.348
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	(48.491)	52.608	(11.348)	(7.231)
Outras receitas (despesas), líquidas	1.678	(1.469)		209
Lucro (prejuízo) operacional	62.744	(58.418)		4.326
Resultado financeiro, líquido	(23.477)	24.926		1.449
Lucro (prejuízo) das operações continuadas antes do imposto de renda e da contribuição social	39.267	(33.492)		5.775
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.433)			(2.433)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.885)	5.885		
Lucro (prejuízo) das operações continuadas	30.949	(27.607)		3.342
Operações descontinuadas				
Resultado das operações descontinuidas antes do imposto de renda		33.492		33.492
Imposto de renda das operações descontinuadas		(5.885)		(5.885)
Lucro das operações descontinuadas		27.607		27.607
Lucro do período das operações continuadas e descontinuadas	30.949			30.949
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	23.704			23.704
Participação dos não controladores	7.245			7.245
	30.949			30.949

(*) Refere-se a transações entre FAM e as investidas Proveracruz e Grupo MAS eliminados no exercício de 2020 e que deixaram de ser eliminados com a transferência dos saldo de Proveracruz e Grupo MAS para resultado de operações descontinuadas.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Demonstração dos fluxos de caixa - consolidado

	Conforme apresentado	Efeitos de reapresentação	Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	39.267	(33.492)	5.775
Ajustes			
Depreciação e amortização	15.961	(15.961)	
Caixa gerado nas atividades descontinuadas		61.419	61.419
Outorga variável	(107)	107	
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	10.738	(12.073)	(1.335)
Outros	(3.988)		(3.988)
	61.871		61.871
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber	(50.642)		(50.642)
Adiantamentos a fornecedores	2.009		2.009
Tributos a recuperar	(13.055)		(13.055)
Estoques	(1.781)		(1.781)
Despesas antecipadas	(1.128)		(1.128)
Outros ativos	1.232		1.232
Fornecedores	(1.450)		(1.450)
Salários e encargos sociais	(441)		(441)
Adiantamento de clientes	(267)		(267)
Tributos a pagar	7.912		7.912
Outros passivos	(1.512)		(1.512)
Caixa proveniente das operações	2.748		2.748
Juros pagos	(77)		(77)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.671		2.671
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos das atividades descontinuadas		(15.959)	(15.959)
Adições ao imobilizado	(4.982)	4.982	
Adições ao intangível	(10.977)	10.977	
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	(15.959)		(15.959)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento das atividades descontinuadas		(7.573)	(7.573)
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(1.027)		(1.027)
Arrendamento mercantil	(597)	597	
Amortizações de mútuos	(1.786)	6.976	5.190
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(3.410)		(3.410)
Efeito de variação da taxa de câmbio no caixa e equivalentes a caixa	27.720		27.720
Aumento líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	11.022		11.022
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.061		5.061
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16.083		16.083

22. Eventos subsequentes

Em 11 de fevereiro de 2022, a controlada NA recebeu o montante de R\$ 807 (US\$ 160 mil), referente à créditos de IVA de Proveracruz e Grupo MAS, conforme previsto no contrato de compra e venda dos investimentos.

* * *